

AGENDA 21 NO ASSENTAMENTO FAZENDA NOVA: LIMITES E POSSIBILIDADES NO TRABALHO COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Edinaldo Medeiros Carmo⁽¹⁾

Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante⁽²⁾

Luiz Antônio Ferraro Júnior⁽³⁾

Resumo

O trabalho descrito aqui é fruto de uma intervenção educacional, como processo de educação ambiental, realizado na comunidade do Assentamento Fazenda Nova, município de Rafael Jambeiro – BA, com o objetivo de construir uma Agenda 21 Local, a partir da identificação dos problemas existentes na comunidade e da elaboração de propostas para superá-los.

A intervenção deu-se respeitando os preceitos da autonomia, participação, empoderamento, pertencimento e inacabamento, por acreditarmos serem elementos essenciais na construção de espaços democráticos que fortalecem os movimentos sociais e, ainda, desencadeiam processos de conscientização e emancipação dos sujeitos, diante de suas realidades sócio-ambientais.

Palavras-chaves: participação, planejamento participativo, intervenção educacional.

Abstract

This article is a result of an environmental educational intervention process developed at Fazenda Nova Settlement, Rafael Jambeiro, Bahia, aiming the elaboration of a 21 Local Agenda, from community's identification of their own problems and the discussions and actions proposals to solve them.

This process took in to consideration principles such as autonomy, participation, empowerment and sense of belongingness due to the belief that these are essential issues for the construction of a democratic space which strengths Social Movements and helps people's political perception and emancipation, inside their social and environmental context.

Keys Words: participation, participative planning, educational intervention.

Introdução

O relato a seguir visa descrever e analisar um trabalho de cunho educativo, com enfoque sócio-político e ambiental, realizado durante o Curso de Especialização em

“Educação Ambiental para a Sustentabilidade” e destinado à comunidade do Assentamento Fazenda Nova, município de Rafael Jambeiro, que fica, aproximadamente, a 160 km de Salvador, ao Sul da BR 116, Bahia. A comunidade é composta de, quase, 600 pessoas, deslocadas do município de Santo Estevão, por ocasião da construção da barragem Pedra do Cavalo, quando o local em que moravam fora inundado com a formação do Lago.

Quando ali chegaram, há dezessete anos, junto com a casa e alguns hectares, os moradores receberam promessas de irrigação, com assistência especializada, direito à concessão de uso das águas remanescentes do lago, projeto de piscicultura, implantação e execução de programa com vistas à organização sócio-econômica para a melhoria do padrão de vida das famílias. No entanto, os anos foram passando e as promessas foram esquecidas, assim como as pessoas ali assentadas.

Ao longo desses anos, a comunidade foi criando a sua própria dinâmica de sobrevivência; dos cajueiros aproveitam a castanha que, depois de torrada, é vendida às margens da BR; do rio Paraguaçu retiram peixe para subsistência e também, numa escala maior, camarão que é vendido para outros mercados.

Embora o rio esteja a, aproximadamente, 5 km, a falta de água é o maior problema dos moradores da Fazenda Nova. A bomba de captação e distribuição está quebrada há dois anos. No período da seca, o carro pipa abastece o reservatório da escola, mas em duas horas não há mais água.

Pensando em contribuir para o desenvolvimento de metodologias participativas para a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais, pretendíamos estimular a participação da comunidade, na luta pela melhoria da qualidade de vida, contribuindo na formação de valores e atitudes, frente às questões ambientais dos moradores do Assentamento Fazenda Nova, e possibilitando o fortalecimento do grupo enquanto sujeitos portadores de uma identidade cultural própria.

Portanto, foi através do *diálogo* e do *respeito aos saberes dos envolvidos*, elementos essenciais para execução dessa proposta, que passamos a acreditar na emancipação daqueles sujeitos, buscando alternativas próprias às problemáticas detectadas.

Justificativa

O Assentamento Fazenda Nova fica situado entre os municípios de Feira de Santana e Rafael Jambeiro e surgiu para abrigar as famílias que residiam no entorno do Lago Pedra do Cavalo.

O Sistema Pedra do Cavalo foi construído com o objetivo principal de abastecimento de água da região Metropolitana de Salvador e de outras cidades do Recôncavo Baiano. Atualmente, controla também o nível de água do rio Paraguaçu, evitando as inundações das cidades ribeirinhas que ficam a jusante, além de proporcionar lazer e embelezamento da região.

Em contra partida, em virtude do audacioso Projeto de Desenvolvimento *Barragem Pedra do Cavalo*, foram desalojadas mais de mil e cem famílias de pequenos produtores rurais, atingindo, diretamente, cerca de seis mil pessoas que residiam e trabalhavam, originalmente, em terras que foram inundadas com a formação do reservatório, pertencentes aos municípios de Feira de Santana, Santo Estevão, Antônio Cardoso, São Gonçalo dos Campos e Cabaceiras do Paraguaçu, este último então território do município de Muritiba.

Antes, os moradores do Assentamento Fazenda Nova viviam nos municípios de Antônio Cardoso e Santo Estevão, na faixa ribeirinha do Paraguaçu, numa região de chuvas mais freqüentes e um solo bastante fértil. Moravam em suas próprias terras, delas tiravam o sustento e ainda usufruíam da água do rio para consumo humano, dos animais e da pesca. Atualmente, moram numa área de poucas chuvas, solos pobres e com baixíssima oferta de água.

Existem enormes diferenças culturais entre as populações ribeirinhas e as sertanejas do semi-árido, o que faz desta realidade do assentamento um contexto ainda mais complexo. As primeiras estão adaptadas a um meio abundante de recursos, enquanto que as últimas têm sua história marcada pela escassez e por precárias condições de vida. Contudo, ambas, dentro de suas próprias realidades, vão construindo formas bem características que garantam sua sobrevivência. Quando uma destas populações é afastada de seu local de origem, além da “perda” de identidade cultural, precisa encontrar outras formas de driblar as condições impostas pela nova realidade.

Desta forma, questiona-se até que ponto a fragmentação do processo histórico dessas pessoas, somado a essa trama de desilusão, influencia na descaracterização de valores sociais e culturais dos sujeitos.

Referencial teórico

Freqüentemente, a palavra *Educação* está diretamente vinculada ao espaço escolar ou a outros espaços dos quais a imagem do educador é quase indissociável. No entanto, a prática educativa extrapola os limites impostos por esta concepção, de forma que, em todas as atividades humanas, a educação aparece como fenômeno social e universal, indispensável ao funcionamento de todas as sociedades.

A educação do homem existe por toda parte e, muito mais que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa. E a escola de qualquer tipo é apenas um lugar e um momento provisórios onde isto pode acontecer (BRANDÃO, 1995, p. 47).

Os projetos ligados à Educação nem sempre estão dirigidos ao público escolar. Toda e qualquer intervenção educacional pode ser destinada a qualquer grupo social, porque a educação, como processo de ensino-aprendizagem, dá-se em todas as esferas sociais, culturais, econômicas, principalmente, quando o objetivo desta é a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos.

Nesta perspectiva, o educador possui um papel muito importante:

[...] só a profissão de ensino tem a responsabilidade primordial de educar cidadãos críticos, ao passo que, por exemplo, a principal responsabilidade do médico é curar. Os educadores têm uma responsabilidade pública que por sua própria natureza os envolve na luta pela democracia. Isso torna a profissão do professor um recurso público singular e poderoso (GIROUX, 1999, p. 26).

Pensando numa educação que tem como base a emancipação dos sujeitos, o educador precisa ter a noção de como utilizar o conhecimento adquirido no momento certo, tendo em vista a importância do conhecimento dos envolvidos, seus medos, perspectivas – características para relação pedagógica – e a realidade em que estão inseridos.

Discutindo Educação, como premissa básica para o trabalho com Educação Ambiental.

Temos observado mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho, a partir do que os modelos de desenvolvimento começaram a dar maior importância aos processos de aprendizagem em grupo, bem como, aos valores culturais e a propagar uma nova cultura organizacional que, em geral, exige aprendizagem de habilidades fora da escola.

No entanto, ainda temos uma imagem da instituição escolar vista como palco, por excelência, de aprendizagens elaboradas, pensadas, planejadas, centro da produção do saber científico em oposição ao saber popular.

Num conceito de educação articulado ao conceito de cultura, a educação é entendida como forma de ensinar e aprender adquirida durante toda vida. Podemos, brevemente, ilustrar algumas das dimensões educacionais tidas como educação formal, informal e não formal, que permeiam o nosso cotidiano. A *educação formal*, desenvolvida nas escolas, é apenas uma das modalidades de educação, que tem sido discutida, polemizada e redimensionada em seu processo de inserção na sociedade (Saviani, 1986).

A *educação informal* é aquela que ocorre espontaneamente entre sujeitos ou a que ocorre através dos meios de comunicação de massa (rádio, TV, cartazes). Já a *não-formal* ocorre a partir da intencionalidade de criar ou buscar determinadas qualidades ou objetivos (Gohn, 2001).

A Educação Ambiental, portanto, não vai de encontro ao saber popular, impondo um saber erudito, mas busca, nessa educação dita ‘popular’, encontrada nos movimentos sociais, elementos para tentar superar os problemas sócio-políticos e ambientais apontados.

[...] a educação, como a sociedade, não se reproduz por geração espontânea, mas por relações de força em que se confrontam interesses diferenciados e, na maior parte das vezes, contraditórios. É nesse jogo de forças que vemos os movimentos sociais populares desempenhando um papel fundamental, impondo, muitas vezes, um reordenamento das políticas públicas e da organização do trabalho (RIBEIRO, 2001, p. 25).

Nesse contexto, o papel do educador vai muito além de levar suas técnicas de superação de dificuldades, sejam elas econômicas, sociais e/ou ambientais, pois, agindo dessa forma, nega ao homem o poder de transformação de que ele é capaz. O processo de intervenção, pautado nesta concepção dialógica de educação, torna-se um ponto de partida para o nosso trabalho com educação ambiental.

Diante do exposto, a missão do educador ambiental consolida-se em fortalecer os valores da ética, do respeito à vida, da responsabilidade, da honestidade, da solidariedade, da cidadania, superando o ensino teórico fragmentado e descontextualizado da realidade, historicamente fornecido pela educação formal e tentando ajudar na construção de posturas mais autônomas diante das condições de vida e sociedade que se apresentam no seu cotidiano de atuação. Portanto, ao educador/à

educadora, cabe o desafio de superar essa dicotomia entre teoria e prática, pois homens e mulheres, através da solidariedade e dos valores anteriormente mencionados, poderão compreender a complexidade do trabalho com o meio ambiente, que também é social, econômico, político, cultural, buscando atuar nele de forma mais consistente e capaz de produzir processos emancipatórios.

Metodologia

Tendo em vista esta percepção do trabalho com educação ambiental, precisávamos de uma proposta metodológica que contemplasse um trabalho de intervenção capaz de inserir a comunidade no seu próprio processo de “construção local”.

A “Agenda 21”⁽⁴⁾, mais que uma agenda de cunho ambiental, é uma agenda para a construção de um novo modelo de desenvolvimento que contemple os conceitos de cooperação e parceria, a educação e desenvolvimento individual, a equidade e fortalecimento dos grupos sociais, o planejamento, o desenvolvimento da capacidade individual e a informação, prevendo a elaboração e implementação de agendas globais, nacionais, regionais e locais.

A Agenda 21 Local é, portanto, uma metodologia que cria espaços de participação para discussão dos problemas, a partir do contexto em que os indivíduos estão inseridos e, também, de reflexão e busca de alternativas para superá-los.

A metodologia utilizada foi a da pesquisa-ação, para que houvesse significativo envolvimento e participação de todas as pessoas interessadas na concretização da proposta. À medida que a intervenção foi acontecendo, fomos percebendo que não estávamos ali para pesquisar sobre os sujeitos envolvidos, mas pesquisar com eles. Sobre os elementos presentes nessa modalidade de pesquisa, comenta Thiollent (1985, p. 83):

A pesquisa-ação supõe uma participação dos interessados na própria pesquisa organizada em torno de uma determinada ação (...) Em geral, trata-se de uma ação planejada, de uma intervenção com mudanças dentro da situação investigada.

Com respaldo nesse enfoque, foi propiciado amplo espaço de *Participação*, possibilitando a construção do processo histórico a partir do conhecimento trazido por cada indivíduo, em momentos inter-relacionados de *Sensibilização*, *Mobilização*, *Informação* e *Ação*.

Sensibilizar para promover pequenas mudanças.

A sensibilização ocorreu inicialmente, e também durante todo o processo, através dos diálogos estabelecidos acerca dos problemas identificados, procurando problematizar a realidade atual e suas ações enquanto atividades transformadoras.

Estabelecidos alguns contatos com os moradores, começamos a visitá-los em suas residências e em seus ambientes de trabalho para conhecê-los mais de perto e estreitarmos o relacionamento de amizade e respeito; aos poucos, foi emergindo uma *Reconstituição Histórica* (costumes, valores, dificuldades, desejos...) da comunidade, fundamental para sensibilizá-los ao diálogo conjunto e ao uso deste como ferramenta de um processo de mudança.

Ao longo de dois meses, outros encontros aconteceram e aos poucos, os próprios moradores começaram a sugerir que nos encontrássemos com todos os interessados para discutirmos juntos as dificuldades e os problemas enfrentados por eles.

Mobilizar para refletir juntos.

Durante os contatos estabelecidos individualmente, já foram acordados encontros posteriores com outras pessoas ou grupos para aprofundarmos as questões ora levantadas, assim como discutir alternativas de superá-las. Com encontros sistemáticos ao longo de quatro meses, contamos com um grupo de aproximadamente trinta participantes, entre jovens e adultos e uma significativa participação das mulheres.

Informar e informar-se para fortalecer o grupo.

Embora tenhamos defendido até aqui a importância dos conhecimentos trazidos pela comunidade, nesta etapa, buscamos também outras informações necessárias para dar consistência à intervenção, procurando contextualizar as informações e relacioná-las com nosso foco de atuação, em todos os momentos, entretanto, partindo dos saberes dos assentados e destes para outras formas de elaboração do pensamento.

Considerando que parte significativa dos participantes não dominava a leitura e a escrita, procurávamos utilizar gravuras, recortes de jornais e de revistas para sistematizar nossas discussões.

Nos encontros posteriores, partimos do diagnóstico inicial e formamos grupos de trabalho voltados para discussão das temáticas: *Saúde; Educação; Cultura, Esporte e*

Lazer; Infra-estrutura, Meio ambiente e Segurança; e, Economia e Renda / Organização Social. Os grupos foram formados e os participantes do Fórum, democraticamente, escolhiam de qual destes queriam fazer parte. Esses grupos encontravam-se além das reuniões do Fórum para discutir os problemas e as possíveis soluções dentro de sua temática, envolvendo, nas reuniões, inclusive, outras pessoas que não podiam estar nos encontros do Fórum, garantindo, assim, a representatividade e participação da comunidade como um todo.

Nos encontros seguintes, o diagnóstico era sistematizado para ser apreciado e, quando necessário, complementado para, posteriormente, ser validado pelos participantes do Fórum. Dessa forma, tínhamos espaço para discutir individualmente os problemas e soluções dentro de cada temática e o momento de relacioná-las umas com as outras.

Ressaltamos outro aspecto importante, o diagnóstico estratégico que aconteceu a partir de uma *Reconstituição Histórica*, pois entendíamos que só diante de uma reflexão do que antes possuíamos e do que temos hoje, é que poderíamos pensar *juntos* e planejar o futuro, ou seja, construir um lugar melhor. E foi assim que começamos o Planejamento Participativo das Ações.

Pensar para agir coletivamente.

Neste momento, aconteceu a organização das estratégias que garantiriam a continuidade da proposta através da descentralização e incentivo à autogestão do grupo e da comunidade. A partir do diagnóstico de cada temática, fomos elaborando ações e, para cada uma delas, fomos estabelecendo o que, o como, quando, quem e com quem fazer.

Durante todo o processo, estávamos refletindo acerca desse conceito de desenvolvimento que os faziam querer o Posto de Saúde recuperado ou o telefone público, por exemplo, sem pensar no bom funcionamento dos mesmos. Com esta perspectiva de desenvolvimento, podemos evidenciar a importância simbólica que as coisas possuem, muitas vezes o que importa é o estereótipo. No entanto, nesses momentos, procurávamos refletir sobre isso para que decidíssemos pelo melhor.

Estabelecidas as ações e definidas as prioridades, restava-nos AGIR de forma mais concreta. Realizamos, então, uma “Oficina de Elaboração de Ofícios”. O interessante, desse momento, é que poucas pessoas sabiam ler e escrever, porém, esse fato não representou empecilho para o processo de participação em que estávamos

envolvidos. Os poucos que sabiam foram os escribas dos subgrupos formados e, no final, as produções eram socializadas e reestruturadas pelos participantes e, só depois do consenso, validada.

Resultados preliminares

Posteriormente, ao retornarmos para avaliar as ações planejadas, soubemos que os ofícios foram encaminhados e como resposta, a bomba de captação de água, enfim, foi consertada e que os moradores já estão recebendo água em suas casas.

O grupo mantém-se disposto a continuar os encontros para repensar o planejamento, discutir sobre associativismo e cooperativismo e firmes no desejo de fortalecer a Associação de Moradores.

Outros aspectos foram percebidos durante o processo como, por exemplo, a revalorização da identidade cultural que foi desrespeitada no deslocamento.

A participação no contexto de Agendas 21 Locais é um instrumento pedagógico que possibilita o envolvimento de cada um com o projeto coletivo e que fornece os sentimentos de pertencimento e importância de si para o todo, para os outros, para o ambiente; e, pertencimento e importância do outro e do ambiente para a minha realização como pessoa (SORRENTINO, 1999, p. 186).

Através das atividades desenvolvidas durante o diagnóstico participativo, alguns moradores passaram a ver o assentamento como o “seu lugar”, mesmo não sendo o de origem. Não negaram esforços para apontar as dificuldades enfrentadas ali e, principalmente, para sugerir e buscar alternativas para solucioná-las. Apontaram, como uma das ações da Agenda 21 Local, o *fortalecimento das tradições culturais* e tornaram o Dia de São José (manifestação religiosa local) um grande momento de encontro e festividade entre os moradores. Até mesmo o Reisado que, praticamente, já não era festejado entre eles, ocorreu em vários momentos durante os meses de janeiro e fevereiro.

Os moradores possuíam *visão de futuro* e as alternativas de sobrevivência, que eles foram criando ao longo do tempo que estão ali, comprovam isso.

No entanto, com a intervenção, as próprias concepções de desenvolvimento e sustentabilidade começaram a se reconstruir entre eles. No diagnóstico inicial, apontavam alguns aspectos que nos faziam entender que o desenvolvimento que pretendiam para o Assentamento Fazenda Nova estava ligado, algumas vezes, aos grandes centros e, raramente, ao contexto socioeconômico e cultural próprio.

Em vários momentos, percebemos o desejo que eles têm de que a Associação volte a funcionar com eficiência e, o que é mais importante, eles percebem que ela é a forma de representação que fortalece a comunidade e relacionam a sua importância para a concretização das ações construídas na Agenda. Assim, buscaram apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na luta em prol do título da terra, encaminhamentos de aposentadorias e ativação da Associação. Além disso, vários ofícios foram elaborados pela própria comunidade, buscando a concretização das ações traçadas.

A *participação* foi um aspecto que procuramos primar desde o início e, aqui, se entende participação não apenas como presença física, estamos falando de participação política, social e de caráter subjetivo. Este conceito difere da proposta dos livros de auto-ajuda, que sutilmente, ao psicologizar a idéia de participação, pode, na verdade, subestimar as questões pertinentes à complexidade das relações sociais, políticas e culturais que precedem a reflexão da conquista de uma sociedade emancipatória e digna. Acreditamos ser a participação um elemento propulsor no processo de emancipação dos homens e mulheres, não gerenciamento instrumental de suas emoções, a chamada inteligência emocional.

Durante o diagnóstico participativo, foram formados sub-grupos de discussão que se encontravam noutros momentos com outros moradores do assentamento que não podiam estar presentes nas reuniões do Fórum e todas as ações, antes de serem definidas, eram votadas pelos participantes. Foi possível perceber o amadurecimento das reflexões do grupo, assim como o forte compromisso com os nossos encontros. Algumas vezes, eles chegavam com os seus instrumentos de trabalho, outras vezes traziam a lata d'água, para enchê-la depois da reunião.

Desde o início, percebemos que muitos deles não dominavam a leitura e a escrita, mas, ao longo da intervenção, várias *leituras* foram evidenciadas. Se as palavras lhes fugiam aos olhos, outras “palavras” compunham reflexões muito interessantes acerca de tecnologias alternativas na busca de subsistência, cadeia alimentar, uso dos recursos naturais, crenças... Constatamos, ainda, que eles puderam “escrever” outros destinos para o Assentamento Fazenda Nova e que a intervenção suscitou o desejo de aprender a ler e escrever.

Considerações finais

Nos caminhos que fomos percorrendo, encontramos pessoas desencantadas por terem sido esquecidas pelas autoridades que, a elas, prometeram dias melhores e pelo

tempo que se encarregou de tornar suas vidas essa labuta. Mas também encontramos pessoas encantadas com a vida, que não obstante as dificuldades, constroem, recriam, têm esperança na vida, no outro...

Criam uma *Tecnologia Local* as crianças que substituem as bolas de gude por castanhas de caju, os pescadores que usam garrafas “pet” para pescar camarão; tem *Visão de Futuro* a mãe que aproveita o intervalo do almoço para estudar com o filho; *Lutam pela Autonomia* as mulheres que buscam apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para conseguir o título da terra.

Essas são apenas algumas das razões para continuar acreditando na organização como instrumento de mudança, pois o convívio com os assentados da Fazenda Nova encheu-nos de esperança na vida, no homem, na participação, como elemento de uma mudança que nossas utopias teimam em nos levar a acreditar.

Alguns aspectos dificultam a concretização dessa proposta, até porque a percepção pela comunidade da perspectiva do empoderamento para a emancipação constitui um processo lento, assim como a dependência de infra-estrutura, como telefone para contatos, acesso às instituições, muitas vezes, inviabiliza a concretização de algumas ações, o que nos remete à constatação dos limites da prática educacional em um contexto carente de políticas públicas, infra-estrutura e pouca intencionalidade de transformação.

Não poderíamos deixar de falar de um aspecto que, no início, nos amedrontou: a maioria dos participantes não sabia ler e escrever. No entanto, em nenhum momento, esse aspecto atrapalhou o desenvolvimento das atividades. Aqueles homens e mulheres não dominavam o código escrito, mas faziam suas leituras de mundo, de pessoas, de fatos.

Assim, no momento em que a humanidade vive suas crises decorrentes dos modelos de desenvolvimento adotados, vivemos também a crise das utopias, nossas verdades parecem limitadas. No entanto, voltando-nos para o homem e a mulher, para o seu bem estar total, encontramos razões para continuar acreditando, por saber que as nossas utopias movem os nossos sonhos e os torna realidade.

Hoje, escrevendo e reescrevendo este trabalho, questionamo-nos enquanto educadores: E agora, qual o caminho?

A sede, o sol, o peso da lata, as letras embaralhadas, a castanha ao invés da gude... essas marcas fazem-nos educadores ambientais inacabados, que acreditam no

homem, na mulher, na vida, na organização e na participação como possibilidades de mudança em nós e nos outros.

⁽¹⁾ Professor do Departamento de Ciências Naturais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

⁽²⁾ Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana, BA. Mestre em Sociologia da Educação pela University of London, Inglaterra.

⁽³⁾ Professor do Departamento de Tecnologia da Universidade Estadual de Feira de Santana, BA. Coordenador do Curso de Especialização em Educação Ambiental para Sustentabilidade. Mestre em Ciências Agrárias pela Universidade de São Paulo.

⁽⁴⁾ Diante das disparidades sócio-políticas, econômicas e ambientais com que findamos o século XX, podemos apontar para o esgotamento do modelo de desenvolvimento que, ao longo desses anos, mostrou-se ecologicamente predatório, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente censurável. Os Chefes de Estado ou de Governo presentes na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro, em junho de 1992, firmaram acordos diplomáticos, políticos e ideológicos para rever suas políticas de desenvolvimento, dentre estes a Agenda 21.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GIROUX, Henry A. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional**: novas políticas em educação. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Marlene; FERRARO, Alceu R.; VERONEZ, Luiz Fernando. Trabalho, educação e lazer: horizontes de cidadania possível. In: FERRARO, Alceu Ravello; RIBEIRO, Marlene (Org.). **Trabalho educação e lazer**: construindo política públicas. Pelotas: Educat, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Autores Associados, 1986.

SORRENTINO, M.; TASSARA, E. **O Município no século XXI**: Cenários e Perspectivas. São Paulo: Cepam, 1999.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

Edinaldo Medeiros Carmo. Rua A, caminho 1, casa 12, Conjunto Feira IV, Feira de Santana BA. CEP 44.085-060. e-mail: medeirosed@ig.com.br